

# Rede colaborativa para desenvolvimento de curso sobre a saúde da população negra

*Autores: Lina Sandra Barreto Brasil e Alysson Feliciano Lemos*

**Resumo:** construir ações educacionais significativas para os perfis que motivaram sua criação implica alinhar os entendimentos dos diversos atores protagonistas nessa construção acerca dos múltiplos significados dos conhecimentos envolvidos. Baseados nessas ideias, os autores coordenaram o desenvolvimento do módulo educacional online PROVAB/UNA-SUS denominado “Saúde da População Negra”. O objetivo do módulo é preparar múltiplos profissionais de saúde da Atenção Básica para que atuem na perspectiva da Política Nacional Integral da População Negra-PNSIPN. Foram utilizados recursos tecnológicos e metodológicos para se criar uma rede de colaboração e compartilhamento desses significados, mediada por especialistas em EAD e TI durante todo o processo de produção do módulo, de forma transparente, inclusiva, na qual tanto os especialistas no tema quanto os representantes dos demandantes (MS) tiveram assento e puderam contribuir.

**Palavras-chaves:** *E-learning*. Pactuação de significados para EAD. Gestão da produção de recursos educacionais. Produção colaborativa de recursos educacionais.

## *Collaborative network for the development of a course on health of the black population*

**Abstract:** The task of implementing meaningful actions in the educational field geared towards the profiles which originally motivated their implementation requires the alignment of many stakeholders' understanding, many of them protagonists, on the multiple meanings of all knowledge which is being taken into consideration. It was based on this understanding that the authors of this paper developed an online educational module for the Program for Valuing the Primary Care Professional (PROVAB/UNA-SUS) called "Health of the Black Population" (Saúde da População Negra). The aim of this module is to prepare the primary care workforce to act, at the point of care, based on the perspective of the Comprehensive National Policy for the Afro-American Population (PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra). Technological and methodological tools were used to create a collaborative network for sharing these different meanings, mediated by experts in distance learning and IT throughout the entire production process of this module, in a very transparent and inclusive way, in which both the experts and representatives of the Ministry of Health could participate and contribute.

**Keywords:** E-learning. Pact of meanings for distance learning. Production management of educational resources. Collaborative production of educational resources.

## *Red colaborativa para desarrollo de curso sobre la salud de la población negra.*

**Resumen:** Construir acciones educativas significativas para los perfiles que impulsaron su creación implica armonizar entendimientos, entre los distintos protagonistas de esta construcción, sobre los múltiples significados de los conocimientos involucrados. Basados en estas ideas, los autores coordinaron el desarrollo del módulo educacional en línea PROVAB/UNA-SUS, llamado de “Salud de la Población Negra”. El objetivo del módulo es preparar múltiples profesionales de la atención primaria en salud para actuar, en su sitio de cuidado, según la perspectiva de la Política Nacional Integral de la Población Negra (PNSIPN). Se han utilizado recursos tecnológicos y metodológicos para crear una red de colaboración e intercambio de esos significados, facilitada por especialistas en EaD y TI a lo largo de todo el proceso de producción del módulo, de modo transparente, incluyente y en donde tanto los especialistas del tema cuanto los representantes de los demandantes (Ministerio de Salud) tenían asiento y pudieron contribuir.

**Palabras-clave:** E-learning. Pactuación de significados para EaD. Gestión de producción de recursos educacionales. Producción colaborativa de recursos educacionales.

## 1 Introdução

Quando formulou a tese da aldeia global, McLuhan (1974) tinha em mente que a sociedade já era baseada em redes. Segundo o autor as relações comunicativas se dão obrigatoriamente entre redes, pessoas e os instrumentos. Nesse nível de interação, não podemos subjugar o conhecimento trazido por nenhuma dessas dimensões.

Lévy (1993) considera que a inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interage grande número de atores humanos e diz que não é o indivíduo que é inteligente, mas o grupo humano do qual é membro junto com a língua e com toda a herança de tecnologias intelectuais herdadas, e cita a escrita como uma delas. O autor frisa ainda que o pensamento se dá nesse cadinho de redes neurais, instituições, livros, pessoas e tecnologias interconectados onde sua representação é interpretada e transformada.

Kerckhove (2003) considera que o hipertexto não é apenas uma maneira de estruturar textos através de conexões semânticas, para o autor o hipertexto é uma nova tecnologia para o gerenciamento da linguagem. O autor pondera que as tecnologias que gerenciam a linguagem afetam a mente também, pois a linguagem é um tipo de sistema operacional da mente, amplamente editado.

Na linguagem oral, Kerckhove cita como exemplo:

as sociedades orais possuíam muito menos suporte de memória verbal e eram mais ou menos obrigadas a viver em um mundo no qual o corpo tinha que fazer o trabalho de lembrar e eles tinham que continuar a reforçar o passado. (KERCKHOVE, 2003, p. 7).

Nessas sociedades todos dependem da experiência compartilhada. Lévy (1993) afirma que nas sociedades orais a própria palavra tem a função básica de gerir a memória social.

Para Kerckhove (2003) duas tecnologias vem mudar essa lógica: a escrita e a eletricidade. A linguagem escrita separa o texto do contexto. Com essa linguagem surge a mente individualizada- o leitor. A memória não precisa mais ser reforçada oralmente nos mitos e nos rituais, ela é apoiada pelo texto.

Partindo da idéia de McLuhan (1974) sobre a eletricidade, qual seja: “exige a participação e o envolvimento de todo o ser”.

Kerckhove (2003) conclui que a mente do hipertexto externaliza as mentes dos usuários nas telas dos computadores, interconectando-as e configurando uma mente coletiva e pública, possibilitando uma navegação individualizada. Combina características dos estágios oral e escrito incluindo a conectividade.

Para esse autor, as sociedades orais pensam em voz alta e juntas, as sociedades da escrita pensam em silêncio em suas mentes e as sociedades elétricas “escrevem oralmente”, ou seja, usam formas da fala na escrita eletrônica.

Martins (2012) propõe uma tipologia da autoria interativa em rede que é dividida em:

colaborativa, quando o processo autoral se dá através do trabalho de duas ou mais pessoas que interagem na elaboração de um texto de forma cooperativa; dialógica, quando pode ser observada a interação dialógica entre um texto principal e intervenções na forma de comentários, compondo ao final um todo discursivo.

O trabalho apresentado aqui explora um processo que se identifica com a classificação da “autoria dialógica” como apresentado acima.

Inspirados nesses conceitos, os autores desse relato construíram e mediarão o ambiente online de colaboração para o desenvolvimento do curso online Saúde da População Negra.

O objetivo foi propor uma mudança do conceito, ainda hegemônico, de que o processo de produção de um curso a distância deve ser fundamentado numa divisão de trabalho entre especialistas, que no jargão da EAD são denominados como conteudistas (especialistas na temática do curso); desenhistas instrucionais (especialistas em desenho educacional para diferentes mídias e públicos); equipe de TI (especialistas em TICs) e mais recentemente, equipe de Ciências da Informação-CI (especialistas em direitos autorais).

Em lugar desse formato, foi proposta uma colaboração em rede que reconhecesse o protagonismo de cada profissional/ator envolvido na construção de uma ação educacional e que considerasse que tão importante quanto as necessidades de aprendizagem dos alunos, é a rede de intencionalidades e significados dos construtores da ação educacional que também deve ser representada neste processo.

## 2 Contexto Histórico

O Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) foi criado com a finalidade de atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Apoiado pelo Ministério da Saúde, o UNA-SUS é composto pela tríade: a Rede UNA-SUS, o Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES) e a Plataforma Arouca.

Um dos objetivos do UNA-SUS é a educação permanente em saúde, visando o desenvolvimento dos profissionais que atuam no SUS. Neste contexto, os cursos são desenvolvidos baseados no cotidiano dos trabalhadores, considerando a diretriz de educação permanente em saúde. O Sistema UNA-SUS segue simultaneamente os princípios do SUS, consubstanciados na Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

Desde seus primeiros passos, a UNA-SUS instituiu como prática para o desenvolvimento de ações educacionais o diálogo entre os órgãos demandantes e as Instituições de Ensino Superior (IES), responsáveis pela produção e oferta dessas ações.

Essas práticas podem ser observadas já na primeira seleção de projetos das IES que seriam financiadas pela UNA-SUS. As regras dessa seleção já estipulavam como condição para aprovação dos cursos propostos, a comprovação da articulação e pactuação política local entre a IES e a Comissão Intergestores Bipartites (CIB).

Um dos principais objetivos desta exigência foi induzir as instituições de ensino candidatas à parceria com a UNA-SUS a estabelecerem uma maior proximidade e diálogo com os serviços de saúde locais por meio das instâncias apropriadas, visando desenhar ações educacionais alinhadas com as necessidades de formação dos profissionais de saúde na região.

A segunda e importante realização da UNA-SUS para aperfeiçoar o processo de planejamento e produção dos cursos foi instrumentalizar as áreas técnicas demandantes, em sua maioria órgãos do Ministério da Saúde e suas unidades vinculadas e órgãos de administração direta, para definirem de forma mais clara o escopo da demanda.

**Figura 1** – Matriz de avaliação e seleção de IES para Rede UNA-SUS, 2009/10

<b>Aspectos Formais Mínimos</b>	
<b>Processo de submissão</b>	
O Projeto foi enviado pelo correio, na forma impressa, para a SGTES?	
O Projeto foi enviado para um e-mail @saude.gov.br ?	
O formulário de pré-projeto foi devolvido preenchido?	
<b>O Plano de Trabalho apresenta todos os itens requeridos?</b>	
Aprovado pela CIB? Sim / Não	
Comunicou o Conselho Local de Saúde? Sim / Não	
Vinculada a unidade / edificação? Não	
Vinculada à outra proposta no exercício 2009? Não	
Justificativa da proposição	
Objetivos da proposição	
Acompanhamento da proposição	
Plano de aplicação	
Descrição	
Título do projeto	
Coordenador do Projeto	
Justificativa	
Descrição do objeto	
Objetivos Gerais e Específicos (detalhados)	
Público alvo	
Número de vagas	
Instituições envolvidas	
Localização	
Metas físicas	
Orçamento detalhado	
Metodologia / Estratégias Operacionais	
Carga Horária	
Resultados esperados	
Condições de seleção	
Acompanhamento	
Formas de avaliação	
Cronograma de execução	

**Fonte:** Documento interno, Secretaria Executiva-UNA-SUS, Brasília, 2009

Esses instrumentos variavam de formulários a oficinas para definição da ação educacional. Na Figura 2 é apresentado o primeiro (1º) Formulário de Proposta Inicial enviado pela Secretaria Executiva/SE da UNA-SUS para ser preenchido pelos demandantes da ação educacional (geralmente órgãos do MS).

**Figura 2** – Formulário de proposta inicial para contratantes, UNA-SUS, 2011

## *Formulário de proposta inicial*

---

**1 Título da Ação**

---

A proposta de ação educacional de ter um título representativo do seu escopo, fazendo referência a área temática e ao público alvo.

Exemplos:

- Curso rápido Manejo Clínico da Dengue para profissionais de saúde
- Curso de Controle da Tuberculose para profissionais da atenção básica
- Programa Nacional de Formação em Gestão da Assistência Farmacêutica

**2 Justificativa**

---

Justificativa resumida da necessidade do curso. Deve apresentar a importância da realização do curso para implantação de políticas de saúde prioritárias.

**3 Área Temática**

---

Indicação da área temática do curso.

**4 Público Alvo**

---

Indicação do público para o qual a ação educacional se destina.

**5 Competências de egresso esperadas**

---

Qual o perfil de saída desejado (os alunos deverão ser capazes de fazer o quê após o curso)? O objetivo dessa pergunta é a elaboração dos objetivos de aprendizagem.

**Fonte:** Documento interno, Secretaria Executiva-UNA-SUS, Brasília, 2011



## 3 O Processo de Produção de Cursos para EAD na Atualidade

A UNA-SUS, segundo Oliveira (2014), processa seus cursos desde a contratualização até a oferta da seguinte forma:

- **Pactuação:** etapa em que é identificada uma demanda de educação em saúde para a UNA-SUS;
- **Planejamento:** etapa em que são mapeados os objetivos e estratégias educacionais;
- **Desenho Educacional:** etapa em que os objetivos e estratégias são desenhadas em forma de atividades educacionais;
- **Validação:** etapa em que são avaliadas a qualidade técnica, a adequação as políticas públicas de saúde vigentes, a pertinência ( em relação à adequação ao público alvo, aos níveis de atenção, recursos, rede) e as questões midiático-pedagógico que envolvem o desenho educacional e a interface da aplicação online.
- **Desenvolvimento:** seleção de recursos e aplicação do desenho criado nas plataformas definidas.
- **Homologação:** Conferência de correções apontadas na validação, parecer externo, ficha técnica (autoridades e créditos), conferência de direitos autorais; testes de conformidade tecnológica; teste de compatibilidade com dispositivos e navegadores;
- **Lançamento:** Cadastro na Plataforma Arouca; Moodle em produção (auth/matricula/sincroniz/LTI), Plano de Comunicação preparado para divulgação.

Mesmo com essa ritualização do processo de produção e oferta dos cursos, nas fases de validação e homologação persiste um desencontro de expectativas entre os demandantes da ação e os responsáveis por sua execução.

De um lado, as instâncias demandantes ficam insatisfeitas com os resultados finais da ação educacional desenvolvida. Do outro lado, a instituição responsável pelo desenvolvimento da ação mostra-se surpresa, pois entende que atendeu todas as pactuações feitas nas etapas já descritas.

O médico consultor da UNA-SUS, Roberto Esteves, responsável pela revisão dos módulos educacionais produzidos pelas IES parceiras da UNA-SUS os quais visam a capacitação dos profissionais de saúde alocados no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), expressa essa questão em entrevista exclusiva prestada aos autores deste artigo):

“No caso dos módulos PROVAB, a questão fulcral que precedia a liberação e a divulgação desses módulos educacionais era a necessidade de equilibrar e harmonizar posições técnicas e de políticas públicas apoiadas pelas universidades com aquelas defendidas pelo Ministério da Saúde. Em boa parte dos casos, essas posições eram coincidentes. Mas, em algumas circunstâncias, o distanciamento era bastante grande e o papel da UNA-SUS então transcendia o de gestão e monitoramento de projeto para a de mediador entre as partes, buscando a convergência e a conciliação de distintas visões aparentemente incompatíveis. Para tanto, a UNA-SUS envidou todos os esforços de concertação institucional (técnicos, políticos e financeiros) para a realização de uma oficina de validação presencial em Brasília para cada um dos módulos educacionais produzidos. Nesta oficina, onde todos os atores-chave faziam-se presentes, revisavam-se vários aspectos quanto ao conteúdo, a linguagem, a forma de apresentação/interface e, fundamentalmente, construíam-se acordos sobre pontos delicados e por vezes divergentes entre o governo e as universidades. Esta pactuação nos permitiu evitar que quaisquer dos módulos validados até o momento fossem vetados na etapa seguinte de HOMOLOGAÇÃO ou obrigado a refazer mais do que 30% do seu conteúdo e/ou *storyboard*. (ESTEVES, 2014).

Vale ressaltar no texto acima a importância que assumem os significados do conhecimento produzido no contexto de um curso, significados esses que diferem entre os atores envolvidos no processo.

Outro projeto ainda em desenvolvimento no Sistema UNA-SUS, inova ao utilizar um modelo de gestão e monitoramento em rede para a produção de 19 módulos educacionais online voltados para profissionais de saúde do Programa de Atenção Domiciliar no Âmbito do SUS. Neste modelo de produção utiliza-se uma plataforma online para reunir as Instituições Produtoras (8 instituições de ensino parceiras da UNA-SUS e suas respectivas equipes de produção) e diversos profissionais especializados da Secretaria Executiva da UNA-SUS para apoiar e monitorar o trabalho.

Apesar do avanço na condução do processo que esses projetos vêm alcançando, a questão do alinhamento entre o desejado ou esperado pelo demandante e o realizado pelas IES ainda gera stress e muito retrabalho,

o que implica, entre outras questões, atrasos na finalização do desenvolvimento dos módulos.

Mas, esses aprendizados construíram tanto na rede UNA-SUS quanto nos órgãos demandantes das ações educacionais, uma consciência de que não é possível pensar um projeto educacional, por menor que seja, sem um trabalho em rede, colaborativo e compartilhado, buscando construir ações educacionais realmente efetivas para os trabalhadores do SUS. A demanda estava posta, mas era preciso prover as condições necessárias para que se estabelecesse a colaboração.

## 4 Organização da Rede de Produção do Curso Saúde da População Negra

A oportunidade para colocar em prática um novo modelo de construção de cursos a distância no âmbito da UNA-SUS surgiu quando o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, solicitou à UNA-SUS o desenvolvimento e oferta de uma ação educacional online para os profissionais de saúde da Atenção Básica, visando contribuir para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (BRASIL, 2010).

A universalidade do acesso à saúde e a integralidade do cuidado, preconizados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), envolvem o reconhecimento da saúde enquanto processo determinado socialmente e influenciada por preconceito, localização geográfica, barreiras culturais barreiras ao acesso dos serviços de saúde, dentre outros. Estas desigualdades são chamadas de iniquidades.

O Sistema Único de Saúde (SUS) vem combatendo essas iniquidades por meio das políticas de promoção da equidade, com o objetivo de suprimir as vulnerabilidades a a que alguns grupos populacionais estão expostos.

Essas vulnerabilidades são resultados de determinantes sociais da saúde como escolaridade e renda, habitação, qualidade da água e saneamento, condições alimentares e nutricionais, nível de participação na política local, exposição a conflitos interculturais e preconceitos como o racismo, a homofobia e a misoginia, entre outros.

Tratar questões como “racismo institucional” e “saúde da população negra” nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é uma das diretrizes gerais da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e serviços de SUS.

O objetivo principal do curso “Saúde da População Negra” é levar o/a profissional de saúde a atuar pela perspectiva do cuidado centrado na pessoa e na família para implementação da Política Nacional Integral da População Negra (PNSIPN), promovendo o acesso ao SUS e ao cuidado de saúde equânime e culturalmente pertinente às necessidades da população negra.

Alguns condicionantes foram postos, já na demanda, para a produção do curso:

- Urgência na finalização do projeto (prazo de 6 meses);
- Participação plena de todos os envolvidos (diversos setores do Ministério da Saúde/ Especialistas no tema/ Convidados Externos) em todas as etapas de produção, com direito a sugerir e modificar textos, imagens, e arranjos pedagógicos desenhados para a ação educacional;
- Desenvolver um curso multimídia, com uma linguagem leve e atraente o suficiente para ter a capacidade de atrair a adesão de um grande número de profissionais de saúde do SUS.

Sendo assim, a SE instituiu um modelo de produção do curso cuja espinha dorsal foi um sistema de comunicação e colaboração online, e convidou todos os envolvidos na construção da ação educacional a contribuírem num diálogo constante durante todo o processo de produção.

Criou-se assim um ambiente online que se configurou em um espaço de interação das pessoas, com multiplicidade de formas de comunicação e que estimulou a colaboração na produção/organização dos conteúdos entre todos os envolvidos no processo.

Esse ambiente utilizou a ferramenta Basecamp (<https://basecamp.com/>) que reúne serviços de fórum de discussão, de definição de tarefas por pessoa e data e de arquivamento indexado por *tags*, entre outros. Essa ferramenta foi escolhida por possuir uma interface similar a de um fórum, ferramenta

com a qual a maioria das pessoas já interagiu, o que diminuiu muito a curva de aprendizagem dos usuários para a sua utilização.

Os múltiplos atores envolvidos nesta ação eram, em sua maioria, profissionais de saúde de diversas formações profissionais, além dos profissionais de EAD e de TICs, e estavam localizados em diversas regiões brasileiras como São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Goiás (Brasília).

Cada um representava uma instituição e seus interesses no curso ou desempenhava um papel técnico importante:

- Representantes da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/ Departamento de Apoio a Gestão Participativa - SGEP/DAGEP/MS;
- Representantes da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde/Departamento de Gestão de Educação na Saúde - SGTES/DEGES/MS;
- 2 especialistas na temática oriundos do Comitê Técnico de Saúde da População Negra;
- 1 coordenador do projeto, da Secretaria Executiva/UNA-SUS;
- 1 especialista em EAD para desenvolver as estratégias educacionais e gerenciar a produção do módulo, da Secretaria Executiva/UNA-SUS;
- Equipe multidisciplinar de produção composta por 15 profissionais de educação, ciência da informação, programação, ilustração, webdesign, produção de vídeos, desenvolvimento e gestão de Moodle, da Secretaria Executiva/UNA-SUS.

De uma maneira geral, cada indivíduo participante do ambiente trazia algum tipo de experiência importante para a construção do curso, a saber:

- As especialistas no tema traziam suas experiências como profissionais de saúde, atuando ou no serviço com uma reflexão acumulada e reconhecida sobre o tema, ou como professora/pesquisadora em saúde, de universidade pública. Além disso, as duas têm significativa participação social nas questões ligadas ao tema da saúde da população negra.

- Os(as) representantes do Ministério da Saúde, por sua vez, trouxeram em sua bagagem, além de formação acadêmica condizente com sua atuação profissional, um forte engajamento nas questões ligadas às populações negras, além de experiência na área de atenção básica, e alguma participação no processo de monitoramento e validação de outros cursos a distância produzidos no âmbito da UNA-SUS.
- Do lado da UNA-SUS, a equipe alocada no projeto agregou larga experiência em desenvolvimento de ações educacionais mediadas por tecnologias interativas, além de uma reflexão acumulada sobre a educação a distância para a saúde.

Para que o debate e a colaboração fluíssem mais facilmente, instituiu-se, de forma tácita, que o grupo seria fundamentado em suas diferenças, que não havia uma liderança lastreada unicamente em títulos acadêmicos, volume de publicações de artigos ou livros sobre qualquer uma das temáticas envolvidas no processo.

A proposta era horizontalizar o conhecimento, e para isso muito contribuiu a atitude das especialistas na temática (conteúdos do curso), que sempre colocaram a base conceitual que escreveram como uma proposta a ser validada pelo grupo.

Tendo em vista que o objetivo da colaboração era a construção de um curso em um tempo determinado, foram criadas, de forma pactuada entre os participantes do ambiente, algumas definições sobre quais seriam os entregáveis no processo de produção do curso e em torno dos quais os debates iriam acontecer. Segue o que foi definido:

## Ancoragem do Debate

Definição de uma agenda de trabalho com datas estipuladas para cada fase do processo, as quais foram definidas assim:

- **Fase 1:** após a definição do escopo da demanda pelo Ministério da Saúde, a equipe de produção construiu o **planejamento didático do curso** em parceria com as especialistas na temática e publicou-o para debate no Basecamp;

- **Fase 2:** as especialistas no tema desenvolveram uma base conceitual a partir do planejamento aprovado na fase 1 e publicaram os resultados no Basecamp para debate;
- **Fase 3:** a equipe de produção, em parceria com as especialistas (conteúdos), planejaram estratégias de aprendizagem, selecionaram recursos de aprendizagem já disponíveis na web em **storyboards** que foram publicados no Basecamp para debate;
- **Fase 4:** com o que foi debatido e aprovado na fase 3 a equipe de produção desenvolveu um **protótipo conceitual do curso**, ou seja, uma pequena parte do *storyboard* foi desenvolvida na plataforma tecnológica selecionada para a distribuição do curso, com o intuito de antecipar uma visão do ambiente de estudos do aluno. Isso foi publicado no Basecamp para debate;
- **Fase 5:** com as sugestões e correções oriundas do debate sobre o protótipo na fase 4 e sua homologação, todo o **curso foi desenvolvido na plataforma tecnológica em sua forma final**.
- **Fase 6:** com o curso implantado na plataforma tecnológica e homologado pelo grupo, deu-se início à sua validação. Essa validação foi feita com profissionais da Atenção Básica, com perfil similar ao dos futuros alunos, convidados pelo Ministério da Saúde para analisar o módulo na condição de aluno e apresentar suas considerações em formulário próprio fornecido pela UNA-SUS.
- **Fase 7:** Após as correções oriundas da fase 6, iniciou-se a **definição do processo de oferta do curso** no qual providenciou-se o seguinte: sistema de divulgação do curso; regras de matrícula; sistema de emissão de certificação da aprendizagem do aluno; sistema de monitoramento da oferta.

## Gestão do Debate

Uma organização mínima do debate era necessária para preservar a ética das relações online e garantir a sobrevivência do grupo pelo tempo necessário. Sendo assim, estipulou-se que:

- Tendo em vista o grande número de participantes que podiam opinar no Basecamp (eram 69 participantes), definiu-se que um dos representantes do Ministério da Saúde (DAGEP/SGEP) faria uma compilação das sugestões e correções aos materiais registradas no ambiente em cada uma das fases já descritas. Assim, a equipe da SE-UNA-SUS teria apenas um documento único listando todas essas participações/contribuições para considerar na revisão do módulo.
- Tendo em vista o tempo limitado para entrega do módulo pronto, e prevendo-se que, dependendo do tema em debate, o ambiente poderia registrar um grande volume de mensagens, sugestões, contribuições (foram postadas 724 mensagens somando todos os temas), foi estabelecido que os debates seriam feitos dentro de cada uma das fases da produção (ex.: Fase 1 = planejamento didático do módulo) e estariam limitados às datas de encerramento das respectivas fases (definidas no cronograma de produção do curso).
- Havendo impasse no debate sobre os produtos de qualquer uma das fases, mesmo depois de todos os esforços de mediação, o voto de minerva seria dado pelos representantes do demandante da ação educacional (Ministério da Saúde);
- A aprovação dos produtos de cada fase publicada no ambiente online assumia status de homologação, liberando o início da fase seguinte.
- Todos eram mediadores e podiam postar mensagens de estímulo, cobranças, elogios, contribuições, críticas.
- Dois tipos de mediadores tinham papéis específicos no grupo: as especialistas no tema e a desenhista educacional, responsáveis pela organização do ambiente e publicação dos produtos a serem homologados além da mediação dos debates.

A equipe técnica da SE-UNA-SUS disponibilizou um tutorial para os que não conheciam a ferramenta Basecamp, ajudando-os a navegar no ambiente.

Realizou-se ainda uma oficina presencial, em Brasília, na sede da UNA-SUS, com todos os participantes do processo de produção do curso, com o objetivo de promover uma aproximação entre os membros do grupo, consolidar a habilidade de navegação no ambiente e pactuar tanto os entregáveis do processo de produção quanto a etiqueta de relacionamento no ambiente.



## 4.1 O Trabalho Colaborativo da Rede

As primeiras questões que se apresentaram para debate foram os limites do trabalho do desenhista educacional (escolheu-se utilizar essa denominação em lugar de “desenhista instrucional” por se considerar que se trata aqui de educação e não de instrução) na construção de estratégias de aprendizagem a partir da base conceitual apresentada.

Essa é, tradicionalmente, uma questão de fundo no trabalho dos especialistas em educação a distância, especialmente quando a ação educacional envolve temas complexos cujo tratamento multimidiático exige cuidados extras, como é o caso deste módulo.

De um ponto de vista mais tradicional, mas bastante comum no mundo da EAD, entende-se o trabalho do desenhista educacional como uma espécie de maestro na construção de um curso a distância.

Quase sempre o especialista na temática (autor - muitas vezes mais de um) desenvolve um conteúdo estruturado, baseado num planejamento didático-pedagógico capitaneado também pelo desenhista educacional. A partir daí, os especialistas na temática escrevem os conteúdos que servirão de base para a ação educacional.

Com essa “obra musical” na mão, o maestro/desenhista educacional seleciona os “instrumentos” (as mídias) e os “músicos da orquestra” (os múltiplos profissionais que compõem a equipe de produção) e faz o “arranjo” (desenho das estratégias de aprendizagem, da forma como os recursos multimídia serão utilizados, etc.) que irão definir como aquela obra musical (o curso) será apresentada à audiência (os alunos).

No entanto, essa concepção de produção de EAD fica cada vez mais difícil de ser sustentada com o avanço do conceito de que somos todos produtores de conhecimento, haja vista o que acontece atualmente nos antes chamados “media mass” como jornais, televisão e o rádio que cada vez mais abrem espaço para a interação do leitor/espectador com o conteúdo.

No contexto deste curso, pactuou-se com as autoras e com o Ministério da Saúde que o desenho educacional do curso seria desenvolvido de forma colaborativa.

Essa articulação agregou uma multiplicidade de estratégias de aprendizagem ao curso, a maior parte delas inspirada na prática e/ou na observação da realidade que tanto especialistas quanto outros integrantes do

grupo traziam de suas vivências profissionais e pessoais e que nenhum dos profissionais de EAD, inclusive os desenhistas educacionais, tinha repertório suficiente para construir sozinho.

Nesse contexto, escolheu-se como uma das estratégias de aprendizagem, apresentar uma contextualização dos conceitos por meio de vídeos coletados na web (quase todos indicados pelas especialistas nos conteúdos) ou produzidos na SE/UNA-SUS contendo dramatizações inspiradas em histórias reais. Quando não havia vídeos, todo o grupo buscava por fotos, ilustrações, e textos para compor as informações.

Uma questão importante no contexto da produção de um curso em EAD é a imagética utilizada para construir sentidos e mensagens. Hoje há alguns autores que utilizam inclusive o termo “pedagogia imagética” (MARTINS et al., 2009) para designar a base teórica da educação a distância, a qual utiliza-se muito das imagens em suas representações do conteúdo.

No âmbito deste curso, essa questão assumiu contornos mais acentuados. Uma das preocupações do grupo foi garantir a utilização majoritária de imagens da população negra no material didático, até por que a ausência da imagem do negro nos meios de comunicação, na literatura e nas artes de uma maneira geral, não poderia se repetir no âmbito do curso.

O grupo fez questão de contribuir apresentando e/ou validando imagens de pessoas negras tanto em fotos quanto em vídeos. Na **Figura 3**, apresenta-se um exemplo de representação imagética em um dos vídeos do módulo validado no grupo.

Nesta questão da imagética, durante toda a produção do curso houve uma preocupação de todos(as), capitaneada pelas especialistas na temática, em ressaltar a importância e o papel de pessoas negras tanto na área de saúde quanto nas artes e na política como protagonistas de ações e lutas em prol da população negra. Também foi garantida a apresentação dos diversos aspectos da cultura de matriz afro-brasileira que integram o acervo cultural dos recursos de saúde dessa população.

A **Figura 4**, apresenta um exemplo desta preocupação com a inserção no curso Saúde da População Negra de um personagem real no cenário dos movimentos sociais dessa população. O poeta Oliveira Silveira, idealizador do dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra é homenageado.

**Figura 3** - Vídeo apresentando caso de saúde de paciente negra

**Fonte:** Curso a distância online Saúde da População Negra, Unidade2/Atividade 1, SE/UNA-SUS, 2014.

**Figura 4** - Ilustração do poeta Oliveira Silveira, um dos idealizadores de 20/11 como o dia da consciência negra no Brasil

**Fonte:** Curso a distância online Saúde da População Negra, Unidade3/Atividade 1, SE/UNA-SUS, 2014.

**Figura 5** - Vídeo apresentando o cuidar da saúde no âmbito das religiões de matriz afro-brasileira



**Fonte:** Curso a distância online Saúde da População Negra, Unidade3/Atividade 1, SE/UNA-SUS, 2014.

Quanto aos conteúdos básicos desenvolvidos pelas especialistas, o grupo analisou nuances do discurso, referências bibliográficas e até mesmo o tratamento gramatical dado aos textos (exemplo: o cuidado na linguagem referente a questões de gênero). Tudo foi cuidadosamente revisado, modificado e ou corrigido.

Outras importantes contribuições do grupo ao módulo foram: a preocupação com a evidência científica de todas as informações e conceitos apresentados; aplicação do conceito da inclusão na construção das regras de matrícula; inclusão na ficha de matrícula do aluno de dados sobre raça e cor.

A produção das mídias, identidade visual, organização de infográficos, animações, tratamento de vídeos selecionados da web, desenvolvimento e produção das dramatizações em vídeos e/ou ilustrações, também mereceu um trabalho colaborativo em rede entre os profissionais que compõem a equipe de produção.

Para o trabalho da equipe técnica de EAD, foi aberta uma sala especial no Basecamp tendo em vista o volume de arquivos e mensagens, mas todos os resultados obtidos eram apresentados no ambiente de produção coletiva do curso para análise e sugestões.

Apenas para exemplificar o volume de trabalho desse ambiente, somente o trabalho do ilustrador (especialmente na construção de infográficos e ilustrações) implicou a realização de aproximadamente trinta (30) conferências online com a desenhista educacional para afinar o entendimento dos conceitos subjacentes às ilustrações, selecionar imagens, entre outros detalhes.

## 5 Considerações Finais

Lévy (2007) enfatiza que é preciso promover e facilitar o diálogo entre os diversos públicos com os quais nos relacionamos e que não é um dado imediato que as pessoas saibam como colaborar e cooperar.

Em projetos educacionais ancorados em conhecimentos ainda não construídos nem estabelecidos em livros e artigos, como os são, na maioria das vezes, os referentes às políticas de equidade promovidas pelo Ministério da Saúde, a inteligência coletiva como preconizada por Lévy (1993) pode ser uma ferramenta útil.

Para Casarotto e Pires (1999 apud TOMAÉL, 2008) em seus estudos sobre a cooperação entre indivíduos diferentes que se unem para alcançar objetivos comuns, a cooperação consiste em:

[...] - *abandonar o individualismo*; - *saber tolerar, ceder*; [...] Isto é, na cooperação é necessário estar acessível à ampliação ou ao recuo das fronteiras de ações individuais e organizacionais, é estar livre a negociações e predisposto a compartilhar informação e conhecimento para o bem comum.”

A Internet segundo Castells (2003) permite a comunicação entre os seus utilizadores porque “fornece, em princípio, um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de um-para-um quanto de um-para muitos”.

Para isto acontecer deve haver disposição e vontade dos membros da comunidade virtual em contribuir com informações e compartilhamento de experiências, por meio de um clima de pertencimento e co-responsabilidade. Essa disposição era clara no grupo que atuou nesse processo de produção.

Aliado a estes fatores, foi fundamental a presença de moderadores como elementos de dinamização e que contribuíram para que houvesse o intercâmbio de informações e a construção do conhecimento.

No processo de produção do curso **Saúde da População Negra**, dois elementos dessa comunidade virtual assumiram o papel de moderadores, apesar de todos os participantes em momentos específicos terem atuado como tal: as especialistas no tema, e os desenhistas educacionais.

A análise da atuação destes atores aponta algumas pistas para se entender como aconteceu a mobilização dos indivíduos já citados na construção do conhecimento. Segundo Latour (2000), é imprescindível que agentes (pessoas) sejam envolvidos e que bases materiais sejam utilizadas (recursos disponibilizados, como o ambiente no Basecamp) para que, conectados entre si, possam contribuir para se chegar ao produto final (módulo educacional).

Nesse ambiente virtual organizado, os mediadores contribuíram para que houvesse interações na rede e criaram possibilidades para que as pessoas atuassem como multiplicadores e organizadores das informações, vencendo barreiras geográficas e culturais.

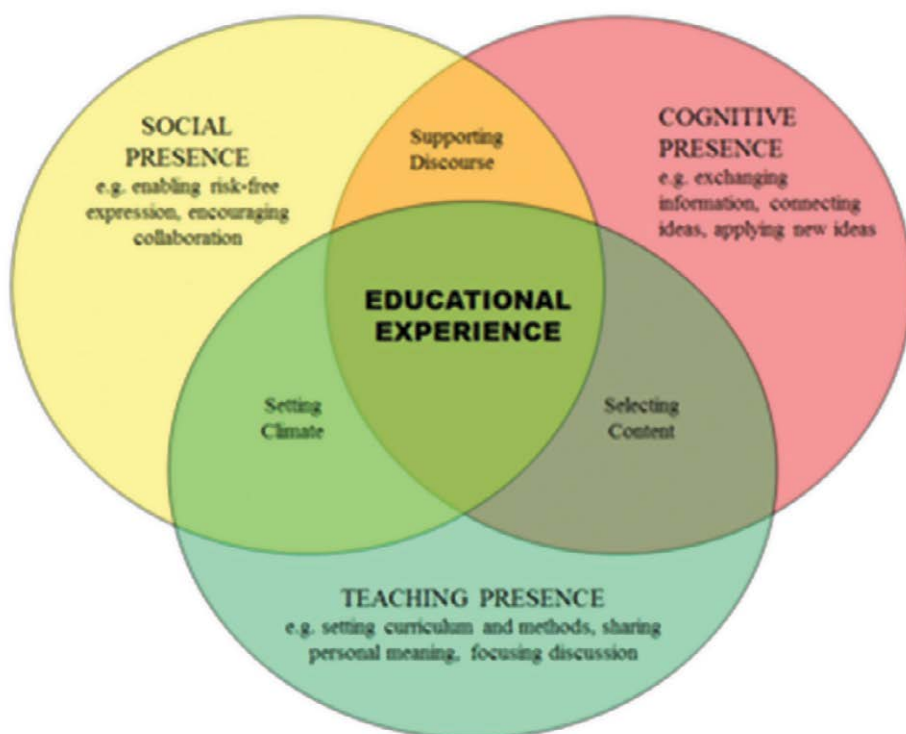
Esse “ambiente organizado” pode ser considerado, ele mesmo, como um espaço de aprendizagem mútua? Sim, afinal todos os participantes integrantes dessa rede traziam muitas dúvidas: qual será a melhor maneira de abordar esse tema? Como ele será tratado pedagogicamente tendo em vista ser tão importante e ao mesmo tempo tão delicado ao mexer com crenças e sentimentos equivocados que algumas pessoas nutrem por outras? Quais as mídias mais adequadas para abordar esses hipertextos?

Lembrando Freire (1984): “Ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Partindo dessa ideia, o processo de colaboração mediada assumiu a sua verdadeira essência, qual seja, alinhar as linguagens, significados, sentidos e propósitos que cada ator trazia para a construção do curso. Invoca-se aqui a confluência de várias teorias como a abordagem dialógica de Freire (1984), somada às múltiplas inteligências de Gardner (2000) e a inteligência coletiva de Lévy (1993), pois foi no espaço dessas interações, dessa troca de saberes que se construiu o curso.

Garrison e Vaughan (2008) apresentam um trabalho onde exploram o conceito de *Community of Inquiry* (Comunidade de Investigação). Eles representaram esse conceito em um diagrama (ver Figura 6) que apresenta o que eles consideram como uma comunidade eficaz, que realmente contribua para a colaboração e o compartilhamento na construção do conhecimento. Essa comunidade deve envolver três componentes essenciais que são: a presença cognitiva, a presença social e presença de ensino.

**Figura 6** - Elementos de uma experiência educacional



**Fonte:** (GARRISON; VAUGHAN, 2008).

A **presença cognitiva (cognitive presence)** envolveu, tal qual preconizado pelos autores, a exploração de conceitos, a divergência de ideias, a troca de informações, sugestões, tempestade de idéias e conclusões.

A **presença social (social presence)** envolveu interações entre os participantes do grupo, referências feitas a outras mensagens já postadas no ambiente, continuidade de discussões, perguntas respondidas, elogios, expressão de concordância entre os debatedores e de apreciação à posição dos outros. Isso fez com que todos os participantes se sentissem confortáveis e seguros para expressarem suas idéias, permitindo assim que a presença cognitiva se efetivasse.

A **presença de ensino (teaching presence)** promoveu um espaço propício para o compartilhamento de saberes e a construção dos significados. A presença de ensino foi organizada fundamentalmente pelos moderadores do grupo/comunidade virtual em três (3) papéis principais: o primeiro foi a organização do Basecamp como espaço virtual para o grupo se desenvolver o qual antecedeu a criação do grupo; o segundo foi a criação das estratégias e atividades que promoveram o envolvimento de todos os participantes; o terceiro foi o trabalho de moderação das experiências de colaboração e troca de conhecimentos.

Os resultados obtidos com esse processo são bastante animadores em termos pedagógicos e de produção coletivamente consensuada.

O curso, que neste momento encontra-se em oferta aos trabalhadores do SUS, pode ser reconhecido por todos os integrantes do grupo como o resultado da suas contribuições.

Como toda a pactuação e homologação tanto dos conteúdos, quanto das estratégias e dos recursos multimídia aconteceu ao longo do processo de produção do módulo, não existem questionamentos sobre esses aspectos que possam comprometer os prazos ou a homologação para o seu lançamento.

Diante dos resultados apresentados, sugerimos que essa pode ser uma estratégia de organização do desenvolvimento de ações educacionais sobre saúde a ser considerada pelas equipes de produção da rede UNA-SUS.

Mas vale ressaltar que não é uma estratégia fácil de ser implantada e implementada. Ela depende não apenas de questões técnicas de EAD ou de vontade política da Rede UNA-SUS para se concretizar.

É preciso que todos os envolvidos no processo de produção tais como demandantes, gestores, autores e as equipes de EAD estejam dispostos a reconhecer que nenhum conhecimento envolvido no processo de produção e oferta de uma ação educacional é domínio exclusivo de um ou outro especialista.



Os responsáveis pelos conceitos que dão consistência teórica à ação educacional, geralmente denominados autores ou especialistas, precisam ampliar o raio de ação do seu papel em cursos de EAD e atuar também na construção das estratégias de aprendizagem (afinal não é assim que ocorre ou deveria ocorrer na sala de aula?).

O desenhista educacional por sua vez, não pode se restringir a desenhar estratégias de aprendizagem a partir de um conteúdo dado. É preciso que vá além, que descubra como resignificar esses conteúdos a luz dos debates com os autores e outros atores envolvidos.

Para isso, é preciso que aprenda a ser um moderador em ambientes mediados pelas mesmas tecnologias que ele costuma prescrever nas ações educacionais que planeja.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov>>.

br/bvs/publicacoes/politica\_saude\_integral\_populacao\_negra.pdf>. Acesso em: 3 out. 2014

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ESTEVES, R. J. **Depoimento/entrevista prestada por e-mail para os autores do artigo**. Brasília: SE/UNA-SUS, 2014.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Porto Alegre: Artes médicas, 1984.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GARRISON, D. R.; VAUGHAN, N. D. **Blended learning in higher education**: Framework, Principles, and Guidelines. San Francisco: Jossey-Bass, 2008.

LATOURET, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Orgs.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21–44.

KERCKHOVE, D. de. Texto, contexto e hipertexto: três condições da linguagem, três condições da mente. **Rev FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, p. 7-12, dez. 2003. Disponível em: <[http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/texto\\_cont\\_hiper\\_ddek.pdf](http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/texto_cont_hiper_ddek.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2014.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, P. **Entrevista à Folha de São Paulo**. 2007.

MARTINS, C. A. et al. Cultura imagética e suas implicações na educação a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 15, 2009. Fortaleza. **Anais eletrônicos**... Fortaleza: ABED, 2009. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/2782009115724.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

MARTINS, B. C. **Autoria em rede: um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação.** 2012. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://autoriaemrede.files.wordpress.com/2012/04/tesemartinsbc3.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1974.

OLIVEIRA, V. A. Produção e Oferta de cursos na UNA-SUS-Etapas, Documento Interno, SE – UNA-SUS, 2014.

TOMAÉL, M. I. Redes de Conhecimento. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <[http://dgz.org.br/abr08/Art\\_04.htm](http://dgz.org.br/abr08/Art_04.htm)>. Acesso em: 28 set. 2014.